

PFL prevê acordo sobre Regimento durante o Carnaval



Ulysses chega ao sítio São José de Pericumã para conversar com Sarney

O líder do PFL na Câmara dos Deputados e no Congresso constituinte, José Lourenço (BA), 53, disse ontem que o acordo com o PMDB para aprovação do Regimento Interno da Constituinte deverá ser fechado durante o Carnaval. Segundo ele, a emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que limita a fatos concretos a possibilidade de o Congresso constituinte suspender a vigência de artigos da atual Carta, tem a concordância de seu partido e também do presidente José Sarney.

Mas o líder pefelista no Senado, Carlos Chiarelli (RS), 46, afirmou que seu partido apresentará uma nova exigência nas negociações de Carnaval, que o Regimento Interno não faça restrições ao funcionamento da Câmara dos Deputados e do Senado durante os trabalhos constituintes. Para Chiarelli, o recesso da Câmara e Senado, durante o Congresso constituinte, representa "um matricídio jurídico", que seu partido não aceitará.

O argumento do líder pefelista no Senado é que a própria emenda que convocou o Congresso constituinte prevê o funcionamento normal do Senado e da Câmara. Chiarelli concordou com a previsão de José Lourenço de que o acordo com o PMDB deverá sair nos próximos dias, mas afirmou que o PFL não



O líder pefelista na Câmara dos Deputados, José Lourenço (BA)

abrirá mão do funcionamento normal da Câmara e do Senado.

Isto implicaria em mudança no artigo 82 da proposta de Regimento, que determina o funcionamento do Congresso Nacional (Câmara e Senado) apenas em caráter "extraordinário" para apreciação de matérias

"urgentes". Chiarelli disse que há muitas matérias que exigirão manifestação da Câmara e do Senado, fora do âmbito da Constituinte, e citou a nomeação, ainda pendente, de quatorze embaixadores, o preenchimento de uma vaga no Superior Tribunal Militar, além de projetos sobre informática, direito de greve e

mensagens sobre as dívidas de Estados e municípios.

Soberania

José Lourenço afirmou que, antes do surgimento do impasse entre PFL e PMDB por causa do parágrafo 7º do artigo 57 do substitutivo do Regimento (que dá à Constituinte poder de alterar a Constituição), seu partido teria tentado uma solução através de uma proposta parecida com a emenda de Maurílio Ferreira Lima. "Nós propúnhamos essa auto-limitação, mas o PMDB não aceitou", disse Lourenço. Ele declarou que durante o Carnaval se encontrará com o presidente da Câmara constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e também com o presidente José Sarney, para avaliação do andamento das negociações. "O importante é que está havendo boa vontade de todas as partes, e isso leva ao fortalecimento da Aliança Democrática", disse José Lourenço.

Pela emenda de Maurílio Ferreira Lima, o Congresso constituinte só poderá tomar decisões que extrapolem seu papel de redigir a nova Constituição para defender-se de ameaças concretas ao seu funcionamento. O substitutivo do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), relator do Regimento Interno, cria o "projeto de decisão" para aprovar "matérias de relevância". Entre os "projetos de decisão" que teoricamente poderiam ser adotados pela Constituinte, está a redução do mandato do presidente Sarney.

Ulysses encontra Sarney e diz que Aliança se mantém

Os presidentes José Sarney e o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, conversaram ontem durante três horas e meia (das 11h30 às 15h) no sítio São José de Pericumã (de propriedade de Sarney), no município de Luziânia (GO), 40 km ao sul de Brasília. Segundo afirmou Ulysses à saída do encontro, "foi uma conversa de namorados", na qual ambos chegaram à conclusão de que é episódico o desentendimento entre PFL e PMDB. "pois no fundamental, no essencial, dar sustentação ao governo, os dois partidos entendem que a Aliança Democrática deve ser mantida".

"Tratamos da relação entre os dois partidos que dão sustentação ao

presidente José Sarney e conversamos sobre as questões econômicas. Entendo que a regra é o entendimento, o desencontro foi uma exceção, próprio da democracia", disse.

O impasse na votação do Regimento Interno do Congresso constituinte deverá ser superado, na sua opinião, através da emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), que limita a soberania da Constituinte.

Apesar de considerar difícil a situação econômica do país, Ulysses Guimarães afirmou que a suspensão no pagamento dos juros da dívida brasileira foi "compreendida" no exterior, acrescentando: "Aguardamos mais detalhes com a chegada do ministro Dilsen Fumaro".

Maciel defende interferência de Sarney

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, 46, defendeu ontem a interferência do presidente José Sarney nos trabalhos do Congresso constituinte, justificando que "ele é o líder maior do país, presidente de honra do PMDB e patrono do PFL". Segundo Maciel, se o presidente ficasse omissivo, "seria um ato criticável".

Maciel negou, entretanto, que o presidente tenha participado do episódio que resultou na retirada dos constituintes do PFL, PTB e PDS da sessão da última quarta-feira, para impedir a votação do Regimento Interno do Congresso constituinte. Segundo Maciel, os partidos que se retiraram o fizeram por iniciativa própria.

Para Marco Maciel, o Palácio do Planalto avaliou que o parágrafo 7º do artigo 57 do projeto de Regimento Interno (que dá ao Congresso constituinte soberania para modificar artigos da atual Constituição) "é polêmico. Por isso, o governo quer ver esse artigo esclarecido". Ao ser perguntado sobre a posição oficial do governo em relação ao problema, disse: "Só sei que o governo viu no artigo motivo de polêmica".

Entendimento rápido

Segundo o ministro Marco Maciel, a notícia que tem é que vai haver um entendimento rápido para aprovação do Regimento Interno. "Acho que depois do Carnaval os constituintes já estarão discutindo questões de relevância para a Constituição, com seu regimento devidamente aprovado".



O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, Marco Maciel

Ele considera que o tempo gasto até aqui para a discussão do Regimento é ainda curto, se comparado com as Constituintes de 1934 e 1946. Na primeira, segundo Maciel, foram gastos dezesseis meses para discussão e elaboração da Carta e na segunda, 45 dias para aprovação do Regimento.

Maciel falou também sobre a posição do PFL, partido ao qual pertence. "Não acho que esteja querendo ser mais fiel ao presidente José Sarney que o PMDB. E um

partido constituído de grandes valores, que tem atuado de forma elogiável. Se as posições estão próximas das do governo, então..." Segundo ele, não existe intenção no PFL de liderar um bloco de centro, de apoio ao governo. "O bloco de apoio ao governo é a Aliança Democrática. O dr. Ulysses tem uma tarefa importantíssima, tanto pelo lado da Aliança Democrática, quanto pelo lado de presidir de forma serena e firme os trabalhos da Constituinte", disse.

Votação do Regimento já provoca rebelião no PDS

Da Sucursal de Brasília

A crise do Regimento Interno do Congresso constituinte, que reduziu a um fio a Aliança Democrática e cindiu o PMDB, também está fazendo estragos no PDS. Contra a vontade da cúpula partidária e do líder Amaral Netto (RJ), 65, um grupo de quinze constituintes pedessistas quer votar a favor do dispositivo do Regimento que permite à Constituinte alterar a atual Carta por maioria absoluta de votos.

A rebelião no interior do PDS, que se identifica com a proposta defendida pelo chamado grupo "xilita" do PMDB, tem como líder o deputado Bonifácio de Andrada (MG), 56, conservador e antigo malufista. Sob seu comando, quinze constituintes do PDS permaneceram em plenário durante a frustrada tentativa de votação do Regimento, na última quarta-feira, contrariando a orientação da liderança para que a bancada se retirasse. Na próxima sessão de votação, prevista para o dia 11 de março, o grupo pretende repetir o gesto, caso volte a ocorrer um impasse na questão do Regimento.

Bonifácio de Andrada assumiu publicamente a liderança da rebelião e já advertiu que o movimento continuará. Mas nega que ele signifique qualquer contestação aos líderes atuais — Amaral Netto (RJ), na Câmara, e Jarbas Passarinho (PA), no Senado. Segundo afirmou à Folha, sua posição sobre a soberania é resultado de "pura convicção", proclamada desde a votação, no ano passado, da Emenda Constitucional de convocação do Congresso constituinte.

Enquanto Andrada diz que a divergência é episódica e se restringe ao Regimento, o líder do PDS na Câmara considera a rebelião como um questionamento de sua liderança. Por isso, Amaral Netto já anunciou que, se Bonifácio de Andrada colocar

em plenário mais da metade dos 33 deputados do PDS, caso se repitam os acontecimentos da última quarta, vai se considerar destituído do cargo de líder. Ele advertiu ainda que o comportamento rebelde será analisado na reunião da Executiva Nacional do PDS, convocada para o dia 11 de março pelo presidente do partido, senador Jarbas Passarinho.

Os comentários de Andrada sobre a conduta atual do partido evidenciam a cisão que ele nega existir. Sem citar nominalmente a cúpula partidária, ele disse que a atuação da legenda está "muito parecida" com a do PFL. "Os liberais de hoje são os homens que estiveram no poder durante o regime militar, e acompanhá-los agora revive velhos tempos", afirmou, numa alusão à antiga Arena, formada pelos parlamentares hoje divididos entre o PFL e o PDS (e mesmo no PMDB). Segundo Andrada, uma parcela do PDS "quer novos horizontes, sair da linha atual e ajustar-se aos novos tempos".

A rebelião de Andrada surpreende os políticos por dois motivos: pela sua origem política (é filho do líder da antiga UDN, José Bonifácio) e por seu comportamento em dois mandatos como deputado federal (votou contra as diretas e em Paulo Maluf no Colégio Eleitoral). Mas alguns lembram sua condição de professor de Direito e o fato de que, no meio acadêmico, prevalece o entendimento da soberania da Constituinte. A amigos, Andrada deu a explicação: está perdendo liderança em Barbacena (MG) para os políticos jovens e, agora, tenta adaptar-se aos novos tempos com teses avançadas. De qualquer forma, a transformação é indissociável: o direitista que, como vice-líder do PDS, sempre justificou os atos de governos passados, é hoje elogiado pelo deputado José Genoíno (PT-SP) e visto em confabulações com parlamentares de esquerda.

Ministro da Justiça teme que a Carta não fique pronta este ano

Da Sucursal de Porto Alegre

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, 60, disse ontem que teme que a Constituição não fique pronta este ano, "caso se insista na tese de que os constituintes têm direito de participar da mesma forma na elaboração da Carta". Ele afirmou, porém, que tem esperanças que "passado o fervor e o deslumbramento do primeiro mês, os homens mais sensatos e importantes exerçam influência no sentido da divisão do trabalho".

De acordo com ele — que por volta do meio-dia foi ao mercado público, na zona central de Porto Alegre (RS), comer uma salada de frutas —, a questão do regimento interno está sendo "supervalorizada, pois consiste apenas no instrumental de funciona-

mento da Constituinte". Afirmou que nos parlamentos modernos do mundo o trabalho é dividido entre uma grande comissão que elabora os atos legislativos e o plenário, que vota. "Nem por isso, os deputados e senadores podem ser divididos como sendo de primeira e segunda classe", disse.

Brossard afirmou que a Constituição "é soberana, mas a soberania deve ser entendida em termos. Se a Constituinte, por exemplo, decidir que o idioma nacional passa a ser o russo, ninguém tomará conhecimento. Continuaremos, todos, com o português e seus solecismos". Para o ministro, a Constituição será boa "se respeitar as conquistas positivas da Nação e eliminar os erros de mais de cem anos de vida constitucional e política".

Letras Jurídicas

O abismo entre o jurídico e o econômico

WALTER CENEVIVA

Do equívoco de articulistas do Folha

"Não há fenômeno econômico que não tenha, mediata ou imediatamente, implicações jurídicas (e sociais em geral), nem fenômeno jurídico que não provoque repercussões econômicas (e sociais, em geral)".

O tom dogmático dessas palavras foi adotado deliberadamente por seu autor, o Ministro Oscar Corrêa, do Supremo Tribunal Federal, para acentuar a zona comum das ciências jurídicas e econômica, especialmente, quanto a esta, daquilo que se convencionou chamar de "nova economia".

Escrevendo para a revista "Decisão", da Associação Paulista de Magistrados, o Ministro concluiu: "Os juristas tem de entender que as normas jurídicas, ao contato da realidade, sofrem inegáveis (às vezes incontornáveis) influências econômicas. E os economistas têm de entender que as soluções econômicas mudam vezes (quase sempre) têm de submeter-se a fórmulas jurídicas para prevalecer".

A experiência dos últimos decênios indica que ainda restam muitos focos de resistência ao ajuste entre o econômico e o jurídico. Os operários do direito persistem com suas velhas balda medievais e barrocas. Os trabalhadores da economia supõem que planos e pacotes resolvem tudo, esquecidos de que o "economês" quando feito lei, deixa de ser econômico, mas passa a jurídico, para assim ser interpretado pelos tribunais, gostem disso ou não gostem os economistas. "Teoricamente", diz Sena Rebouças, "não devia ocorrer nenhum conflito entre o economista e o jurista". Reconhece que o conflito pode existir no plano ideológico, mas conclui: "Fora disso não vejo dissensão entre o economista e o jurista".

Dropes

★ A prefeita de Fortaleza (CE), Maria Luíza Fontenelle, disse que a decisão da Câmara dos Vereadores — de solicitar a intervenção do governo do Estado na prefeitura — é mais uma tentativa para desgastar a sua administração.

★ A questão da dívida externa será o principal tema do encontro que o presidente José Sarney e o presidente da Guatemala, Vinicio Cerezo Arévalo, manterão no próximo dia 16 de

março, na Base Aérea, onde o avião do presidente guatemalteco, que estará retornando a seu país de um giro pela América Latina, fará uma escala técnica.

★ A bancada de deputados estaduais e federais mineiros do PFL decidiu, depois de uma reunião na última sexta-feira, que fará oposição ao PMDB e à política econômica do governo federal.

Discordo de Rebouças. Penso que do lado jurídico há influências seculares. Do lado econômico convicções novas, vindas de países onde o sistema jurídico não sofreu a forte influência do direito romano, que nos caracteriza, acentuando divergências.

Na mesma revista, Theotônio Negão recorda expressões que ilustram as diferenças. São usadas na linguagem econômica, mas em mau português. Lembra "contrato de fluxo", cuja invenção atribui a algum ginecologista...

O trabalho constituinte não esgotará a importância dos próximos anos para a história do Brasil. Eles serão assinalados pela consolidação do processo democrático, afirmado no período Sarney, pela amplitude do questionamento de todos os temas, com liberdade aproveitada na afirmação de interesses conflitantes e até legítimos.

A ampliação das discussões críticas terá um subproduto: diminuirá substancialmente a qualidade quase divina, atribuída pelos sucessivos governos da chamada Revolução, aos ditames dos economistas. Será, com certeza, a oportunidade de momentos de adaptação das tendências. Nem os juristas poderão prosseguir com elaborações sofisticadas, muitas vezes construídas para defesa de interesses não coletivos, nem os economistas poderão persistir em sua crença de milagreiros, aptos a tirarem da cartola coelhos que jamais colocaram dentro dela, como temos visto.

INFORME DA LBV

Malandras são as Nações que nos exploram

Estamos no carnaval. Alguns curiosamente se ufanam de ouvir dizer que o Brasil é o "país do jeitinho". Cumpra-se, porém, se o "jeitinho" é contra ou a nosso favor.

Foi pensando nisto que quando estive na Bahia em 1983, para lançar o Livro Jesus, respondendo a uma pergunta dos repórteres, no Aeroporto de Salvador, indaguei: "Que malandro é o povo que vive com fome?" E, completei em seguida: "Vem breve o fim da cômica tradição do Brasil da malandragem, que só beneficia os que vivem da sua exploração. Que malandro é o povo que vive com fome? Malandras são as nações que nos exploram..."

"Quousque tandem, Catilina?" O Presidente da República convocou à união todos os brasileiros, no seu discurso de 20 de fevereiro, sexta-feira, quando anunciou as medidas tomadas pelo Governo visando à solução do problema da dívida externa, que paira sobre o Brasil como uma pena de morte sempre atuando contra o povo.

E, realmente, hora de estar a nação unida. O momento é muito delicado. Este fato lembra-me o atualíssimo pensamento do saudoso jornalista Alziro Zarur, que dizia assim, já em 1949: O Brasil precisa, agora mais do que nunca, da união de todos os seus filhos. E precisa, mesmo.

Estamos aqui, como brasileiros, torcendo pela vitória do nosso País. Não queremos o mal de nação alguma, mas desejamos o sucesso de nossa gente. Uma vida para todos digna.

O sofrimento não cessa nos dias de Carnaval

P — Observo, e com muito agrado, que o PBV permanece no ar nos tempos de folia carnavalesca. Por quê? O senhor não descansa?

R — Mesmo no carnaval as pessoas sofrem. Por isso, o Programa

Boa Vontade, PBV, no rádio e na televisão, permanece no ar até durante o tríduo momesco. Os hospitais continuam repletos, os asilos para velhinhos abandonados, os orfanatos, os presídios também; o câncer não deixa de destruir corpos e abalar espíritos. Como há gente sofrendo nos dias de momo, a LBV não cessa o seu generoso trabalho de levar a mensagem do Novo Mandamento do Cristo — AMAI-VOS COMO EU VOS AMEI — aos seres desesperados, aos corações sequeiros de uma palavra de ânimo. São almas sedentas, ressequidas, necessitadíssimas de uma gota que seja de Amor, para aplacar-lhes a sede terrível de conforto material, moral e espiritual. Isto também acontece nos tempos de folia, geralmente em ruas e regiões afastadas do som das festivas baterias. E esses milhões e milhões que padecem, em qualquer época do ano, também são nossos irmãos. E digo mesmo que no carnaval é que muita gente sofre mais, até brincando nos blocos, estando nas ruas: intimamente sabe que os seus problemas não acabarão com os pulos. Possivelmente, agravar-se-ão. Neste planeta de provações, o sofrimento acompanha as pessoas em todos os instantes da vida. A Humanidade afastou-se do caminho do Amor, ensinado por Jesus, dando preferência aos desvios da dor. Mas, é sempre tempo de mudar.

Esta é a advertência do Divino Amigo a todos os que — neste final de ciclo apocalíptico, que é também fim de século e de milênio — têm olhos de ver e ouvidos de ouvir: A cada um de acordo com as suas obras. É sempre bom repetir.

Quanto a descansar, faço-o, sim; carregando pedras.

José de Paiva Netto
Jornalista e Radialista, Diretor-Presidente da Legião da Boa Vontade.

AIDS
Lauda Parapsicométrico é excelente instrumento "imunizador" na psicoterapia. C.B.P.: 34-7080 e 37-4666 (Av. B. L. Ant., 383 — cj. 1006).

G. ARONSON
VENDE TUDO SEMPRE MAIS BARATO
Springer
Todas as capacidades.
3 VEZES SEM JUROS
PREÇOS DE ALTO ATACADO PRONTA ENTREGA
G. ARONSON
O INÍMIGO Nº 1 DOS PREÇOS ALTOS
R. Conselheiro Crispiniano, 44 e filiais